



MIGRACIDADES

RELATÓRIO DE
SEGUIMENTO / 2023

JUNDIAÍ • SP



JUNDIAÍ
PREFEITURA




UFRGS
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

 **OIM**
ONU MIGRAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

JUNDIAÍ • SP

Região: Sudeste

População: 443.116

DADOS SOBRE O RELATÓRIO

Pessoas de referência durante o MigraCidades 2023:

Paulo Fernando de Almeida
Unidade de Gestão da Casa Civil

Letícia Atique Branco
Unidade de Gestão da Casa Civil

Data de fornecimento das informações pelo governo local: 07/07/2023

DADOS DE CONTATO COM O GOVERNO LOCAL

Setor de referência para atendimento aos migrantes:

Assessoria de Políticas de Direitos Humanos

Telefone:
(11) 45878870

E-mail:
pafalmeida@jundiai.sp.gov.br

Endereço:
Av. Liberdade, s/n, bairro Jardim Botânico
Jundiaí • SP





SUMÁRIO

A Plataforma MigraCidades	4
O relatório de seguimento	9
Diagnóstico geral do governo local	11
Boas práticas	13
Ações desenvolvidas a partir da Certificação	14
Prioridades do governo local	21





A PLATAFORMA MIGRACIDADES

A Plataforma MigraCidades é uma parceria entre a OIM, a Agência da ONU para as Migrações, e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que conta com apoio da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). A Plataforma MigraCidades conta com um processo de certificação, voltado para o diagnóstico das políticas públicas locais e para dar suporte à definição de ações prioritárias; um curso online sobre as 10 dimensões de governança migratória local; e um site que reúne informações sobre o processo de certificação, relatórios de diagnóstico dos governos locais participantes e um banco de boas práticas identificadas ao longo da certificação.

Os governos locais são protagonistas na garantia do acesso a direitos das pessoas migrantes e os primeiros respondentes frente aos fluxos migratórios, como demonstrado recentemente pelos estados e municípios durante a recepção dos refugiados e migrantes venezuelanos que hoje se fazem presentes em centenas de cidades de todas as regiões do país. Desta forma, a Plataforma tem como objetivo qualificar a atuação de estados e municípios na governança migratória, por meio da capacitação de atores locais, do impulsionamento do diálogo sobre as migrações, do engajamento dos governos em aprimorar suas estruturas de governança e ao dar visibilidade às boas práticas identificadas ao longo do processo de certificação, com foco na construção de redes horizontais de compartilhamento entre pares.

MIGRANTE

A OIM define migrante como uma pessoa que se move do seu local habitual de residência, seja dentro de um país ou através de fronteiras internacionais, de forma temporária ou permanente, por uma variedade de razões.

O termo inclui categorias legais bem definidas, tais como trabalhadores migrantes; pessoas cujos tipos de movimento estão legalmente definidos, tais como migrantes que utilizaram rotas de contrabando; assim como aqueles cuja situação ou forma de movimento não estão especificamente definidos no direito internacional, tais como estudantes internacionais.



A PLATAFORMA MIGRACIDADES



As ações da Plataforma são estruturadas entorno de 10 dimensões de governança migratória. As dimensões estão divididas em dois grupos: o primeiro, dimensões de governança, que se dedica a analisar o desenho institucional das políticas locais, como: Estrutura institucional de governança; Capacitação de servidores públicos; Participação social e cultural de migrantes; Transparência e acesso à informação; e Parcerias. Já o segundo grupo, dimensões de acesso a direitos, avalia o acesso à saúde, à educação, à assistência e proteção social, ao mercado de trabalho, à justiça e à proteção contra violências, dentre outros aspectos relacionados à integração e ao bem-estar das pessoas migrantes e das comunidades de acolhida.



A PLATAFORMA MIGRACIDADES

A Plataforma MigraCidades faz parte dos esforços globais da OIM para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em conjunto com o sistema ONU e seus parceiros. O MigraCidades contribui principalmente para a concretização da meta 10.7 dos ODS.



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
17 OBJETIVOS PARA TRANSFORMAR O NOSSO MUNDO



Meta 10.7 – Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas.

AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em 2015, os Estados-membros das Nações Unidas aprovaram 17 Objetivos como parte da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e um plano de ação para erradicar a pobreza, proteger o planeta e melhorar a vida e as perspectivas das pessoas em todo o mundo. Nesse contexto, é reconhecida a contribuição positiva das pessoas migrantes para o desenvolvimento sustentável e expressa-se a necessidade de cooperação internacional para conseguir uma migração segura, ordenada e regular.

Saiba mais: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>



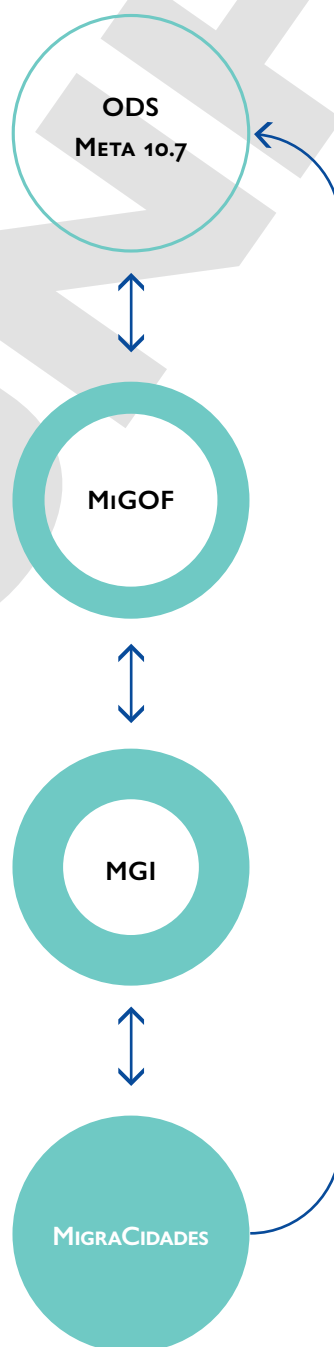
A PLATAFORMA MIGRACIDADES



Pacto Global
PARA **Migração**

Apoia-se também nos 23 Objetivos do Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular (GCM), incluindo todas as dimensões da migração internacional de forma holística e abrangente.

Como forma de definir o conceito de “políticas de migração planejadas e bem geridas” conforme a Meta 10.7, a OIM desenvolveu o Marco de Governança da Migração (Migration Governance Framework – MiGOF), que estabelece os elementos essenciais da boa governança migratória. Com base no MiGOF, a OIM também desenvolveu os Indicadores da Governança Migratória (Migration Governance Indicators – MGI), um conjunto de 90 indicadores que ajudam os governos a apreciarem a abrangência de suas estruturas de governança de migração. O MigraCidades parte da experiência da OIM com estas iniciativas, adaptando-as para criar um processo de certificação adequado para o contexto brasileiro que contribua para o mesmo objetivo em comum: facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas.





A PLATAFORMA MIGRACIDADES

A Plataforma MigraCidades foi desenvolvida em 2020 e, desde então, mais de 90 governos das cinco regiões brasileiras já se engajaram na iniciativa por meio da participação no processo de certificação da Plataforma, em capacitações e espaços de diálogo e troca de experiências e de boas práticas. Desses, 70 governos completaram com sucesso todas as etapas do processo de certificação e receberam o selo MigraCidades pelo menos uma vez. Ao longo dos quatro anos do processo de certificação, mais de 200 boas práticas foram identificadas e documentadas e, hoje, compõem um banco de boas práticas de acesso público.

Até agosto de 2023, mais de 2.900 pessoas já haviam completado o curso “MigraCidades: Aprimorando a Governança Migratória Local no Brasil”, disponível na Escola Virtual de Governo da Escola Nacional de Administração Pública.

Governos engajados na Plataforma também têm se dedicado à criação e ao fortalecimento de espaços colegiados, como comitês e conselhos, e ao desenvolvimento de planos e políticas locais de atenção a pessoas migrantes, refugiadas e apátridas. Além disso, em 2023, os municípios e estados que compõem a Plataforma contribuíram para a construção de subsídios para Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia em construção pelo Governo Federal, por meio da apresentação de desafios, soluções e boas práticas adotadas localmente.

PACTO GLOBAL PARA UMA MIGRAÇÃO SEGURA, ORDENADA E REGULAR

O Pacto Global é o primeiro acordo negociado intergovernamentalmente, elaborado sob os auspícios das Nações Unidas, incluindo todas as dimensões da migração internacional de forma holística e abrangente. É um documento não vinculante que respeita o direito soberano dos estados de determinar quem entra e permanece no seu território e demonstra o compromisso com a cooperação internacional em matéria de migração. Apresenta uma oportunidade significativa para melhorar a governança da migração, enfrentar os desafios associados à migração atual e fortalecer a contribuição das pessoas migrantes e da migração para o desenvolvimento sustentável. O Pacto Global é enquadrado de forma consistente com a meta 10.7 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, na qual os Estados-membros se comprometem a cooperar internacionalmente para facilitar a migração segura, ordenada e regular.

Saiba mais: <https://brazil.iom.int/pt-br/pacto-global-para-uma-migracao-segura-ordenada-e-regular>



O RELATÓRIO DE SEGUIMENTO



O processo de certificação MigraCidades envolve cinco etapas: a inscrição, o diagnóstico, a priorização, a certificação e o monitoramento. Na etapa de inscrição, foi aberta uma chamada pública para municípios e estados brasileiros se candidatarem, apontando uma pessoa de referência local e uma pessoa suplente para acompanhamento do processo.

Governos que já haviam realizado o diagnóstico em 2022, por meio do preenchimento de formulário composto por cerca de 100 indicadores, divididos nas 10 dimensões de governança migratória, foram convidados a realizar uma **atualização de diagnóstico**. Isto é, esses governos reportaram os avanços, boas práticas e outras mudanças em relação ao ano anterior, e também responderam a novos indicadores que foram incorporados ao processo em 2023.

Após a etapa de diagnóstico, deu-se início à **etapa de priorização**, na qual o governo local indicou quais as áreas e ações prioritárias para o desenvolvimento de políticas migratórias no próximo período. Nesses dois momentos, a pessoa de referência local foi responsável por articular o diálogo com as diferentes áreas do governo local que executam atividades relacionadas à migração, com o objetivo de atualizar o diagnóstico e coletar insumos para a priorização.

A última etapa do processo de certificação consiste no **monitoramento**, que ocorre durante os seis meses subsequentes à realização da priorização. Nessa etapa os governos locais são convidados a registrar quais as ações foram implementadas (total ou parcialmente), os desafios que foram encontrados e os resultados alcançados ao longo do período. A realização da etapa de monitoramento das ações priorizadas em 2022 foi obrigatória para todos aqueles governos que apresentaram interesse em renovar sua certificação em 2023.

Este relatório consolida, portanto, o que foi indicado pelo governo nas etapas de monitoramento do processo de certificação de 2022 e nas etapas de atualização de diagnóstico e priorização de 2023. Além disso, traz informações gerais e dados demográficos que ajudam a compreender a realidade local, e também aponta boas práticas e avanços na governança migratória local.



O RELATÓRIO DE SEGUIMENTO



Exceto quando citada a fonte, todas as informações contidas neste relatório foram fornecidas pelos próprios governos locais, através de suas pessoas de referência apontadas no início do processo. A realização do relatório é uma exigência para obtenção da certificação, e serve de base para a etapa de monitoramento das ações priorizadas.





DIAGNÓSTICO GERAL DO GOVERNO LOCAL



O município de Jundiaí está localizado no estado de São Paulo, região sudeste do Brasil. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada no município, em 2022, é de 443.116 pessoas.





DIAGNÓSTICO GERAL DO GOVERNO LOCAL



Em relação às ações indicadas no relatório de 2022, o município de Jundiaí indicou realizar pelo menos uma ação nas dimensões de Governança que dizem respeito à Estrutura institucional de governança; à Participação social e cultural de migrantes; à Transparência e acesso à informação para migrantes e às Parcerias institucionais. Também indicou realizar ações nas dimensões de Acesso a Direitos: Acesso à saúde; Acesso e integração à educação; Acesso à assistência e proteção social; Acesso ao mercado de trabalho; Acesso à justiça e serviços de proteção.

RA





BOAS PRÁTICAS



RAÍ



AÇÕES DESENVOLVIDAS A PARTIR DA CERTIFICAÇÃO

O município de Jundiaí faz parte do processo de certificação MigraCidades desde a terceira edição, tendo recebido o “Selo MigraCidades” em reconhecimento ao seu engajamento em 2022 ([acesse o relatório da edição anterior](#)). Ao longo da participação no processo de certificação, o governo realizou diagnósticos, indicou áreas e ações prioritárias para elaboração, implementação e monitoramento de políticas públicas relacionadas à migração. Também se engajou em capacitações, debates e outras ações desenvolvidas pela Plataforma MigraCidades. As ações priorizadas pelos governos foram acompanhadas durante os seis meses da etapa de monitoramento. Ao final dessa etapa, os governos registraram as ações implementadas (total ou parcialmente), os desafios encontrados e os resultados alcançados no período.



Estrutura institucional de governança e estratégia local

Na dimensão de **Estrutura institucional de governança**, o governo local informou que direcionou esforços em qualificação e formatação estrutural e sistêmica, visando o alinhamento de protocolos e frentes de atenção e cuidados para a população migrante promovidos pelo município. Esse processo se deu em decorrência do processo de certificação do MigraCidades em 2022 e do alinhamento com o Plano Municipal de Direitos Humanos, que está sendo construído no município. Outro destaque importante é a existência de protocolo de atenção e cuidados para a população em situação de rua. Este protocolo presta atendimento a esse público e busca, dentro dos seus objetivos, acolher na integralidade a pessoa migrante.



Capacitação de servidores públicos

A realização de capacitações com servidores da assistência social e do desenvolvimento econômico, ciência e tecnologia, foi um destaque importante trazido pela gestão na dimensão de **Capacitação de servidores públicos**. As atividades abordaram discussões sobre: diversidade cultural; gênero; direitos humanos; combate à discriminação, ao racismo e à xenofobia; empregabilidade; direitos e acesso; protocolos de atendimento, atenção e cuidados.

AÇÕES DESENVOLVIDAS A PARTIR DA CERTIFICAÇÃO



Participação social e cultural de migrantes

Atualizações nos sites de Direitos Humanos e Juventude do município, com matrizes informacionais de acesso aos serviços públicos ofertados à população migrante, foram ações importantes desenvolvidas na dimensão de **Participação social e cultural de migrantes**. Além disso, o governo informou que os programas e ações culturais de Jundiá consideram a diversidade étnica e cultural na promoção dos programas, tendo, por premissa, a identificação e inclusão da pessoa migrante.



Transparência e acesso à informação para migrantes

O fornecimento de informações traduzidas para diferentes idiomas foi uma ação priorizada pela gestão na dimensão de **Transparência e acesso à informação para migrantes**. As informações estão disponíveis nas páginas voltadas à população migrante, no site da prefeitura, e foram traduzidas para os idiomas inglês, francês e espanhol. A ação foi fruto da parceria com o Centro de Línguas, vinculado à Unidade de Gestão de Educação. O governo local informou, ainda, que essas informações também foram disponibilizadas em locais de atendimento presencial e replicadas nas Unidades de Gestão, de maneira transversal, por meio dos canais de endomarketing.



Parcerias institucionais

Na dimensão de **Parcerias institucionais**, foi apontado pelo município, o estabelecimento de parcerias com organizações da sociedade civil (OSCs), como a Associação Educadora Beneficente (CESPROM), por meio de ações integradas, bem como a entidade Panahgah. A gestão indicou também articulações junto às Universidades, mediante ações e parcerias com ênfase na pessoa humana e nos seus direitos, considerando os limites de cada instituição. O município de Jundiá conta, ainda, com parcerias firmadas entre Unidade de Gestão de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e setor privado, voltadas à empregabilidade da população migrante. Outro destaque importante, nessa dimensão, é a celebração do Memorando de Entendimento com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), que propiciou o planejamento de ações, eventos e qualificações voltados para a atenção e cuidados para com a pessoa migrante, bem como permitiu interiorizar o relacionamento e articulação com as OSCs que atuam com essa população, permitindo maior integração e colaboração institucional. Ademais, o poder público informou possuir acordo com cidades irmãs, contudo, as ações integracionais estão em fase de estudos e estruturação.

AÇÕES DESENVOLVIDAS A PARTIR DA CERTIFICAÇÃO



Acesso à saúde

Já na dimensão de **Acesso à saúde**, o governo de Jundiaí informou que as pessoas migrantes têm acesso desburocratizado a serviços de atenção primária em saúde, encaminhamento hospitalar e nas ações de enfrentamento à pandemia da COVID-19. Indicou também que são adotadas medidas para assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro da população migrante, interna ou internacional, em situação de rua, aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde. Além disso, indicou a existência de orientações para facilitação e qualificação do acesso, acolhimento e atendimento para migrantes. Essas orientações são fornecidas em reuniões técnicas colegiadas internas da Unidade de Gestão de Promoção em Saúde. O município informou, ainda, ter concentrado ações na qualificação e estruturação do atendimento à população migrante.



Acesso e integração à educação

A oferta de cursos de língua portuguesa para migrantes foi um avanço importante na dimensão de **Acesso e integração à educação**. Segundo a gestão, o Centro Municipal de Línguas Antônio Houaiss, vinculado à Unidade de Gestão de Educação, oferece, além dos cursos de português, outros cursos de idiomas disponíveis para população migrante. O governo também informou que os protocolos da educação integram o acesso facilitado e universal das pessoas migrantes aos seus direitos à educação, tanto na rede municipal, quanto na rede estadual de ensino. Além disso, o poder público destacou que as pessoas migrantes têm acesso desburocratizado a vagas desde a educação infantil até o ensino técnico profissionalizante e superior. Também informou que migrantes têm acesso a atividades extracurriculares; cursos de idioma; e a vagas no Ensino para Jovens e Adultos (EJA).

O município de Jundiaí informou que conta com profissionais aptos para receber estudantes migrantes, considerando as especificidades de povos indígenas e tradicionais, além de profissionais do Centro de Línguas para realizar comunicação com esse público, em outros idiomas. Os Departamentos da Unidade de Gestão da Educação, situados no Complexo Argos, são as referências na gestão dedicados à promoção do acesso à educação por migrantes, além de estarem disponíveis para eventuais demandas que a população migrante possa ter nesse âmbito.

AÇÕES DESENVOLVIDAS A PARTIR DA CERTIFICAÇÃO



Acesso e integração à educação

Na dimensão de **Acesso à assistência e à proteção social**, a gestão destacou que foram estabelecidas orientações para facilitar e qualificar o acesso e acolhimento a migrantes nos serviços da rede de assistência social. As orientações foram fornecidas em reuniões técnicas colegiadas internas da Unidade de Gestão de Assistência e Desenvolvimento Social. Também foi informado que, no município, as pessoas migrantes têm acesso: aos equipamentos do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); a serviços e programas do SUAS, como Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); a benefícios socioassistenciais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC); e ao Cadastro Único (CADÚnico).

O poder público informou que são adotadas medidas para assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro da população migrante, interna ou internacional, em situação de rua, aos serviços e programas que integram as políticas públicas de assistência social. Nesse sentido, destacou que essa população tem acesso aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, e que foram criados meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o Sistema Único de Saúde (SUS) para qualificar a oferta de serviços a esse público. A gestão indicou ter implementado, ainda, ações de segurança alimentar e nutricional para garantir o acesso permanente à alimentação pela população em situação de rua. Outrossim, indicou que existem programas de qualificação profissional para essas pessoas, visando seu acesso ao mercado de trabalho. Além disso, informou que são desenvolvidas ações educativas permanentes que contribuem para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade entre essa população e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos.

AÇÕES DESENVOLVIDAS A PARTIR DA CERTIFICAÇÃO



Acesso à assistência
e à proteção social

No que diz respeito ao acolhimento, nos serviços de proteção, de brasileiros retornados, o poder público relatou ter realizado treinamentos e oferecido, de forma permanente, orientações em reuniões técnicas colegiadas internas da Unidade de Gestão de Assistência e Desenvolvimento Social. Indicou o mesmo procedimento nos casos de acolhimento de migrantes, bem como de crianças e adolescentes migrantes desacompanhados e sozinhos. A Unidade de Gestão de Assistência e Desenvolvimento Social é a referência no município dedicado ao acesso à assistência e à proteção social pelas pessoas migrantes, assim como para receber demandas de pessoas migrantes com suspeita de serem vítimas de tráfico de pessoas ou de trabalho escravo, principalmente nos casos envolvendo crianças e adolescentes. Ademais, o canal 156 foi o indicado para recebimento de denúncias de violência contra a população em situação de rua.



Acesso ao mercado
de trabalho

As ações de promoção e fomento de empregabilidade no portal Jundiá Empreendedora merecem destaque na dimensão de Acesso ao mercado de trabalho. Embora não seja específico para a população migrante, o portal oferece uma série de oportunidades para a população migrante do município. A iniciativa proporciona que as pessoas migrantes tenham acesso a vagas de emprego no setor privado, bem como orientação e aconselhamento profissional. Nesse sentido, a gestão informou ter desenvolvido o Selo Empresa Amiga dos Direitos Humanos, que, mediante itinerário formativo, disponibiliza orientações acerca da atenção e cuidados para com a população migrante. As ações do site Jundiá Empreendedora são executadas pela Unidade de Gestão e de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia.

A respeito da capacitação de profissionais dos serviços de acesso ao mercado de trabalho, o governo informou que há profissionais aptos para: acolher migrantes, considerando as especificidades da migração de povos indígenas e tradicionais; identificar casos suspeitos de trabalho em condições degradantes ou análogas à escravidão, nas empresas locais; e auxiliar no acesso de migrantes ao mercado de trabalho. Segundo a gestão, isso se deu por meio de treinamentos ministrados e pela oferta permanente de orientações em reuniões técnicas colegiadas internas da Unidade de Gestão de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia. Sendo este, inclusive, o setor indicado como referência local no município dedicado ao acesso das pessoas migrantes ao mercado de trabalho.

AÇÕES DESENVOLVIDAS A PARTIR DA CERTIFICAÇÃO



Acesso à justiça e a
serviços de proteção

Já na dimensão de **Acesso à justiça e serviços de proteção**, o poder público indicou que as mulheres e LGBTQ+ migrantes têm acesso a delegacias especializadas e outros canais de proteção. Também relatou que existem profissionais capacitados para: acolher mulheres e LGBTQ+ migrantes nos serviços de proteção, considerando as especificidades culturais; e realizar comunicação com migrantes mulheres e LGBTQ+ em diferentes idiomas. Em relação à publicização de informações, foi indicado pelo município o desenvolvimento de ações e campanhas informativas voltadas à população que abordaram o tema da não-violência, não discriminação e proteção de mulheres e/ou LGBTQ+ migrantes. A Assessoria de Políticas para as Mulheres foi o setor indicado como referência na proteção contra a violência contra as mulheres migrantes e a Assessoria de Políticas para a Diversidade Sexual para a proteção contra violência contra a população LGBTQ+ migrante. Esses setores trabalham de forma articulada com outros setores e coordenam demandas e ações com outras secretarias.

No âmbito dos serviços de proteção voltados ao combate ao racismo, xenofobia e outras formas de discriminação, o município relatou adotar medidas para prevenção dessas violências, bem como estabelecer mecanismos para prevenir, identificar e responder a questões raciais, étnicas e religiosas de migrantes. Informou também que os profissionais da área são capacitados para realizar comunicação com migrantes em diferentes idiomas. A Assessoria de Políticas para a Igualdade Racial foi o setor indicado como capacitado para acolher demandas de pessoas migrantes e para registrar práticas de discriminação e xenofobia nos serviços de proteção, como também para o combate ao racismo e xenofobia e promoção da igualdade racial. Esse setor trabalha, ainda, de forma alinhada com outros setores e coordena demandas e ações com outras secretarias.



PRIORIDADES DO GOVERNO LOCAL



RASC



Como citar esse documento:

MIGRACIDADES. Relatório de Atualização de Diagnóstico MigraCidades do Município de Jundiá. Porto Alegre: Organização Internacional para as Migrações (OIM) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2023.

As opiniões expressas nesta publicação são dos autores e não refletem necessariamente a opinião da OIM, Agência da ONU para as Migrações. As denominações utilizadas no presente relatório e a maneira pela qual são apresentados os dados não implicam, por parte da OIM, qualquer opinião sobre a condição jurídica dos países, territórios, cidades ou áreas, ou mesmo de suas autoridades, nem tampouco a respeito à delimitação de suas fronteiras ou limites.

A OIM está comprometida pelo princípio de que a migração segura, ordenada e digna beneficia aos migrantes e a sociedade. Por seu caráter de organização intergovernamental, a OIM atua com seus parceiros da comunidade internacional para: ajudar a enfrentar os crescentes desafios da gestão da migração; fomentar a compreensão das questões migratórias; alentar o desenvolvimento social e econômico através da migração; e garantir o respeito pela dignidade humana e bem-estar dos migrantes.

Editorial

Organização Internacional
para as Migrações (OIM)

Tel.: +55 61 3771-3772
E-mail: iombrazil@iom.int
Website: <https://brazil.iom.int>

SAUS Quadra 5 - Bloco N - Ed. OAB - 4º andar
Asa Sul – CEP: 70070-913 - Brasília-DF - Brasil

CHEFE DE MISSÃO DA OIM NO BRASIL
Stéphane Rostiaux

Expediente técnico

COORDENAÇÃO
EXECUTIVA:

Marcelo Torelly (OIM)
Roberta Baggio (UFRGS)
Verônica Gonçalves (UFRGS)

ANÁLISE E PESQUISA:
Coordenação:

Ana Laura Anschau (OIM)
Anelise Dias (OIM)
Fábio Ando Filho (OIM)

ANÁLISES:

Laura Ruschel (OIM)
Marina Fonseca (OIM)

© Organização Internacional para as Migrações (OIM)

Esta publicação não foi editada oficialmente pela OIM.

Essa publicação foi emitida sem endosso da Unidade de Publicações da OIM (PUB).



Com apoio financeiro



Esta atividade é
financiada pelo Escritório
de População, Refugiados
e Migração (PRM)

 brazil.iom.int

 iombrazi@iom.int

 [@OIMBrasil](#)

 ufrgs.br/migracidades

 [@migracidades](#)